



Proc. Administrativo (Nota interna 27/05/2026 15:36) 793/2026

De: Jalciane D. - SECSAU-AUDITORIA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/05/2026 às 15:36:19

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-COMP, SMS, SECADM-LIC, GP, SECADM-FINANÇAS, SECADM-CONTABILIDADE, SECADM-JURIDICO-ADM, SECADM-ADMINISTRAÇÃO, SECSAU-ADMIN, SECSAU-ATENPRIMARIA, SECSAU-AUDITORIA, SECPLAN-COORD-PROJETOS, COMPRAS-Cotação de Preços, UPA, BATTI-DOTAÇÃO, SECSAU-UPA

Edital de Credenciamento 003/2026 - Análises Clínicas Laboratoriais

Encaminham-se os autos para conhecimento e providências, solicitando a atualização do Edital de Chamamento Público em razão das alterações promovidas no Termo de Referência, especificamente quanto às regras de reajuste/atualização dos valores da contratação.

As adequações realizadas passam a prever a atualização dos valores com base nas revisões da Resolução do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste – CONSUD, utilizada como referência municipal para remuneração dos serviços laboratoriais, bem como eventuais alterações da Tabela SUS, com formalização mediante apostilamento.

Diante disso, solicita-se a compatibilização do instrumento convocatório com as alterações promovidas no Termo de Referência.

—
Jalciane Dagostin

Coordenador de auditoria, controle e avaliação

Anexos:

3_TR_Credenciamento_Laboratorial_27_5_2026.docx

3_TR_Credenciamento_Laboratorial_27_5_2026.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
CONTRATAÇÃO DIRETA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 793/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas privadas para realização de exames laboratoriais de análises clínicas aos usuários do sistema Único de Saúde (SUS), atendidos nas Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, mediante autorização do Fundo Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será realizada de forma complementar à rede de assistência à saúde do município de Dois Vizinhos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme prevê a Lei Federal 8.080/90, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS						
Lote	CATSER	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames bioquímicos, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois	UN	2.425.342	1	2.425.342,00

		Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames				
2	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames hematológicos e hemostasia, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	306.445	1	306.445,00
3	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames sorológicos e imunológicos englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	261.347	1	261.347,00
4	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – perfil infeccioso e perfil CD4 englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	5.204	1	5.204,00
5	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – perfil hepatite A, B, C, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	92.581	1	92.581

6	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – perfil HIV, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	38.057	1	38.057,00
7	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – perfil imunoespecífico, mononucleose, zoster, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	106.138	1	106.138,00
8	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames coprológicos, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	12.891	1	12.891
9	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames de uroanálise, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	23.576	1	23.576,00
10	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames hormonais,	UN	948.387	1	948.387,00

		englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames				
11	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	34.923	1	34.923,00
12	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – microbiologia – LACEN/REDE, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	161.170	1	161.170,00
13	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas – exames Gerais, englobando o fornecimento da estrutura física com a coleta, a análise e a emissão do resultado dos exames, para pacientes atendidos pela Atenção Primária e Atenção Especializada residentes no município de Dois Vizinhos/PR. Conforme Anexo relação de exames	UN	70.474	1	70.474,00
14	92182	Prestação de serviços de exames de análises clínicas 24 horas por dia, de segunda a segunda, com coleta, análise e emissão dos resultados dos exames	UN	233.933	1	233.933,00

		para pacientes de urgência/emergência atendidos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas). O serviço incluirá os insumos necessários para coleta, realização das análises e emissão dos laudos dentro de prazos reduzidos disponibilizando os resultados de forma on-line para os profissionais solicitantes, atendendo às urgências dos casos. Conforme Anexo relação de exames				
TOTAL:						R\$ 4.720.468,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que há a necessidade de garantia da continuidade da prestação dos serviços, evitando interrupções na assistência à saúde da população, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;

- III) Id do item no PCA: 10259;
- IV) Classe/Grupo: Serviço;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1.1.1 Os prestadores credenciados deverão realizar o gerenciamento adequado desses resíduos, observando as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente as disposições da RDC ANVISA nº 222/2018, que regulamenta o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, bem como manter Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) devidamente implantado, tal item é verificado quando realizada vistoria da Vigilância Sanitária para liberação da licença sanitária;

1.1.2 Os prestadores deverão assegurar o correto armazenamento, manuseio e descarte desses produtos, observando as normas técnicas e sanitárias vigentes, bem como as orientações dos fabricantes e da legislação ambiental aplicável; e

1.1.3 Os prestadores adotem práticas de uso racional de energia e recursos naturais, bem como mantenham seus equipamentos em adequado estado de funcionamento, contribuindo para maior eficiência operacional e redução de desperdícios.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica ao objeto.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não se aplica.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. A empresa credenciada deverá realizar os exames laboratoriais em suas próprias instalações, utilizando estrutura física, equipamentos e equipe técnica habilitada, conforme as exigências sanitárias e regulamentares vigentes.

4.7. Excepcionalmente, será admitido o encaminhamento de determinadas amostras para laboratórios de apoio, quando se tratar de exames específicos que demandem tecnologia ou metodologia não disponível na estrutura do prestador credenciado.

4.8. Nessas situações, o prestador credenciado permanecerá integralmente responsável pela coleta, acondicionamento, transporte das amostras, processamento do exame, emissão e validação do laudo, bem como pela qualidade, confiabilidade e tempestividade dos resultados apresentados.

4.9. O laboratório de apoio utilizado deverá estar regularmente licenciado pelos órgãos sanitários competentes, atendendo às normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos serviços de análises clínicas.

4.10. Em nenhuma hipótese o encaminhamento para laboratório de apoio eximirá o prestador credenciado de suas responsabilidades contratuais perante a Administração Pública e os usuários do Sistema Único de Saúde.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.12. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de laboratório

4.13. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Dois Vizinhos/PR, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

4.14. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Imediatamente após a publicação do contrato ou documento equivalente.

5.1.2. Realizar todos os serviços relacionados no Anexo I - Relação de Exames - deste termo de referência pelos valores inicialmente fixados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS do Município de Dois Vizinhos.

5.1.3. O(s) agendamento(s) do(s) exames só poderá(ão) ser(em) realizado(s) mediante a apresentação da(s) requisição(ões) e autorização(ões) fornecidas pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde, que assumirá todo ônus decorrente dos procedimentos.

5.1.4. A Contratada deverá apresentar a Secretaria Municipal de Saúde, relatório dos atendimentos realizados, contendo especificações detalhadas por procedimento (data, nome do usuário, código do procedimento, etc.), para a devida conferência;

5.1.5. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de Serviços de Saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação Legal.

5.1.6. Responsabilizarem-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.

5.1.7. As coletas de material devem ser efetuadas no máximo de 2 (dois) dias úteis após a autorização da Secretaria Municipal de Saúde, exceto exames de repetição onde o profissional médico determina a data da coleta e/ou exame com previsão de retorno ao solicitante superior a 20 (vinte) dias, para os exames solicitados pela atenção básica e/ou especializada. Enquanto que para os casos emergenciais a coleta e processamento do exame deve ser realizada conforme estabelecido com a Unidade de Pronto Atendimento.

5.1.8. Os resultados dos exames devem ser: para exames solicitados na rede ambulatorial de até 5 (cinco) dias úteis para exames laboratoriais de rotina e até 7 (sete) dias úteis para exames especializados de demandem de processamento diferenciado. Para os exames solicitado na UPA 24 horas, considerando o caráter assistencial, os resultados devem ser disponibilizados em até 120 (cento e vinte) minutos.

5.1.9. Manter, durante todo o período de vigência desse chamamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

5.1.10. Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação do Município para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços;

5.1.11. A proponente compromete-se em manter o estabelecimento aberto, em pleno atendimento, inclusive efetuando coletas e entregando resultados dos exames aos interessados, no mínimo no mesmo horário de atendimento da Secretaria Municipal de Dois Vizinhos, a saber de segunda a sexta feira das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, exceto para os estabelecimentos credenciados para o lote destinado a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas que devem seguir o horário de funcionamento da referida unidade;

5.1.12. A proponente deverá dispor de profissional técnico responsável devidamente habilitado, sendo este inscrito no Conselho Regional da Categoria, para responder pela análise e supervisão do material e serviço executado.

5.1.13. O credenciado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

5.1.14. Da responsabilidade civil: O credenciado será responsável por todos os danos causados aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros quando da execução dos serviços objeto deste credenciamento, que decorram de ação ou omissão, negligência ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais autônomos ou prepostos. Caso o Município venha a ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes da atuação do credenciado, ficará assegurado à Administração o direito de regresso contra o prestador, para ressarcimento dos valores eventualmente despendidos.

5.1.15. Caberá a Secretaria Municipal de Saúde a autorização dos exames dos usuários para cada estabelecimento credenciado, sendo vedado o atendimento de usuários por procura espontânea.

5.1.16. Caberá ao CONTRATADO arquivar os documentos referentes à autorização dos procedimentos/exames, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos. Os documentos encaminhamentos para conferência pelo Departamento de regulação, controle, avaliação e auditoria retornarão ao CONTRATADO após conferência.

5.1.17. Em caso de erro diagnóstico, falha na análise laboratorial, troca de amostras, emissão de laudos incorretos ou qualquer outra inconsistência técnica, o credenciado será

integralmente responsável pelos danos eventualmente causados aos usuários do Sistema Único de Saúde ou à Administração Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

5.1.18. A distribuição da demanda entre os prestadores credenciados ocorrerá de forma objetiva, impessoal e previamente definida pela Administração, em observância ao disposto no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo isonomia entre os credenciados, previsibilidade financeira e maior controle da execução contratual.

5.1.19. Para os exames ambulatoriais eletivos oriundos das Unidades Básicas de Saúde, atendimentos especializados e demais serviços da rede municipal, a distribuição observará o saldo contratual disponível de cada prestador, a divisão proporcional das cotas financeiras previamente estabelecidas, evitando concentração excessiva da demanda em um único credenciado.

5.1.20. Será realizado rodízio de forma alternada e sequencial, respeitando a capacidade operacional declarado por cada prestador no ato do credenciamento.

5.1.21. Caso ocorra o esgotamento da cota financeira de determinado prestador, suspensão temporária da execução dos serviços, indisponibilidade operacional ou qualquer situação que comprometa a continuidade da assistência, a demanda será redistribuída entre os demais credenciados habilitados, assegurando a continuidade da prestação dos serviços.

5.1.22. Para os exames provenientes da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, a execução ocorrerá mediante escala semanal de atendimento entre os laboratórios credenciados, organizada pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo cobertura contínua de segunda a segunda, inclusive finais de semana e feriados.

5.1.22.1. O laboratório responsável pela escala semanal deverá assegurar a coleta, processamento, análise e liberação dos exames em tempo compatível com a urgência e emergência, mantendo plena capacidade operacional durante todo o período designado.

5.1.22.2. Em caso de impossibilidade técnica, recusa injustificada, suspensão sanitária, férias coletivas, descredenciamento ou qualquer situação que comprometa a execução dos serviços, a Administração poderá promover a substituição imediata do prestador, redistribuindo a escala entre os demais credenciados habilitados.

5.1.23. É vedado ao credenciado realizar qualquer forma de propaganda institucional vinculada ao atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, bem como

promover captação indevida de pacientes, oferecer vantagens, induzir a escolha do prestador, realizar abordagem direta de usuários nas unidades públicas de saúde ou qualquer outra prática que comprometa a impessoalidade, a isonomia entre os credenciados e a livre atuação da Administração na regulação do acesso. O descumprimento desta obrigação poderá ensejar aplicação das penalidades contratuais cabíveis, inclusive suspensão temporária ou descredenciamento.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1. Os serviços de coleta de exames relacionados à atenção primária e especializada deverão ser realizados nas instalações fornecidas pela contratada localizadas no território do município de Dois Vizinhos, que deverão atender aos requisitos técnicos e sanitários instalados pelas legislações em vigor, com especial atenção às normas referentes à vigilância sanitária.

5.2.2. A contratada deverá disponibilizar espaço adequado para coleta de amostras, incluindo recepção, salas de coleta individualizadas e espaços específicos para armazenamento temporário de amostras, de acordo com as normas técnicas da área de saúde.

5.2.3. Deverá contar com equipe capacitada e registrada nos conselhos profissionais, em conformidade com a legislação vigente.

5.2.4. Os equipamentos e insumos necessários para coleta, armazenamento, transporte e análise deverão ser fornecidos pela contratada, garantindo a integridade e a qualidade das amostras.

5.2.5. Os resultados dos exames poderão ser disponibilizados em formato eletrônico e/ou impressos, quando no formato eletrônico deverá ser por meio de sistema informatizado com controle de login e senha, desde que seja garantida a confiança.

5.2.6. O transporte de material biológico quando necessário, deverá atender a Resolução Anvisa nº 978, de 06 de junho de 2025, concomitantemente a Resolução RDC nº 504, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre as boas práticas para o transporte de material biológico humano.

5.2.7. Atendimento ao usuário: O atendimento deverá ser humanizado, garantindo respeito e privacidade aos pacientes durante o processo de coleta.

5.2.8. A contratada deverá disponibilizar atendimento de suporte ao usuário, por telefone ou e-mail, para eventuais dúvidas sobre os serviços prestados.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Atenção Primária e especializada: Os exames oriundos da Atenção Primária e especializada, previamente autorizados pelo município, deverão ser realizados na estrutura física do laboratório no mínimo no mesmo horário de atendimento da Secretaria Municipal de Dois Vizinhos, a saber de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00;

5.4. Urgência e Emergência: exames de Urgência e Emergência, provenientes da UPA, serão coletados e transportados pela CONTRATANTE até os laboratórios responsáveis pelo plantão, que deverão organizar e executar a logística de recolhimento/processamento das amostras em conformidade com os horários previamente acordados com as coordenações dos serviços.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.5.1. Planejamento e Organização dos Serviços:

5.5.1.1. Elaboração do cronograma semanal de coletas, em comum acordo com as unidades de saúde contratantes, para exames de urgência e emergência;

5.5.2. Coleta de Amostras:

5.5.2.1. Realização da coleta de material biológico (sangue, urina, fezes, secreções, etc.) de acordo com os protocolos técnicos e normas de biossegurança vigentes.

5.5.2.2. Garantir que as coletas sejam realizadas exclusivamente por profissionais devidamente habilitados.

5.5.2.3. Garantir a identificação correta das amostras, utilizando etiquetas com código de barras ou código QR para rastreabilidade.

5.5.3. Transporte de Amostras:

5.5.3.1. Transporte de amostras biológicas em caixas isotérmicas, respeitando os requisitos de preservação de temperatura e tempo máximo de transporte.

5.5.3.2. Manter registros detalhados de cada transporte, incluindo dados, horário e condições ambientais durante o trajeto.

5.5.3.3. Atender a Resolução Anvisa nº 978, de 06 de junho de 2025, concomitantemente a Resolução RDC nº 504, de 27 de maio de 2021 que dispõe sobre as boas práticas para o transporte de material biológico humano, tal item será fiscalizado pela Vigilância Sanitária.

5.5.4. Análises Laboratoriais:

5.5.4.1. Realização das análises seguindo padrões de qualidade e metodologias reconhecidas, com uso de equipamentos calibrados e de alta tecnologia.

5.5.4.2. Implantação de controles internos e externos de qualidade, garantindo a confiabilidade dos resultados.

5.5.5. Comunicação e Registro:

5.5.5.1. Atualização constante dos sistemas informatizados para registro e envio das entregas de exames e resultados.

5.5.5.2. Disponibilização de resultados eletrônicos em unidades contratantes de forma clara, acessíveis e compatíveis com os prontuários eletrônicos.

5.5.5.3. Comunicação imediata de qualquer resultado crítico ou inconclusivo à unidade solicitante.

5.5.6. Monitoramento e Relatórios:

5.5.6.1. A empresa credenciada deverá entregar, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, ou conforme cronograma fornecido pelo Departamento de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com as requisições dos exames devidamente autorizadas pela Secretaria de Saúde e os laudos dos mesmos quando solicitados.

5.5.7. Capacitação e Atualização:

5.5.7.1. Realização de treinamento periódico para as equipes responsáveis pelas coletas, transporte e análises, com ênfase em boas práticas laboratoriais, atualização técnica e normas de biossegurança. Sempre que necessário, a contratada deverá oferecer treinamento contínuo às suas equipes, garantindo a execução adequada das rotinas e da qualidade.

5.5.8. Acompanhamento pela Contratante:

5.5.8.1. Permitir o acesso dos fiscais do contrato às instalações laboratoriais para inspeções, auditorias e verificação da execução dos serviços.

5.5.8.2. Atender às solicitações de ajustes ou esclarecimentos por parte do contratante.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para a execução dos serviços contratados, incluindo os insumos e equipamentos que garantam a qualidade, segurança e eficiência dos procedimentos, conforme detalhado a seguir:

5.6.1. Materiais para Coleta de Amostras:

5.6.1.1. Tubos de coleta (vacutainer ou equivalentes) esterilizados, com diferentes tipos de anticoagulantes (EDTA, heparina, citrato, entre outros), conforme o exame.

5.6.1.2. Agulhas descartáveis de diferentes calibres, estéreis e com dispositivos de segurança.

5.6.1.3. Adaptadores para coleta de sangue (holder).

5.6.1.4. Frascos estéreis para coleta de urina, fezes e secreções.

5.6.1.5. Swabs estéreis para coleta de secreções (nasofaríngeas, vaginais, uretrais, etc.), com e sem meio de transporte.

5.6.1.6. Lancetas descartáveis para coleta capilar.

5.6.1.7. Seringas e agulhas descartáveis para coletas específicas.

5.6.2. Materiais para Transporte e Armazenamento:

5.6.2.1. Caixas isotérmicas e bolsas térmicas apropriadas para o transporte de amostras biológicas, com termômetros para controle da temperatura.

5.6.2.2. Material de proteção secundária (tubos e sacos impermeáveis e resistentes) para acondicionar amostras em conformidade com as normas sanitárias e de biossegurança.

5.6.2.3. Etiquetas para identificação das amostras, preferencialmente com código de barras ou QR code.

5.6.3. Materiais de Proteção Individual (EPIs):

5.6.3.1. Jalecos, aventais descartáveis e/ou de uso contínuo, conforme necessidade.

5.6.3.2. Luvas de procedimento descartáveis (látex, nitrílica ou vinil).

5.6.3.3. Máscaras cirúrgicas ou respiradores (N95/PFF2) conforme exigência dos procedimentos.

5.6.3.4. Toucas descartáveis e protetores de calçados para uso nas áreas de coleta.

5.6.3.5. Protetores faciais (face shield) ou óculos de proteção.

5.6.4. Insumos e Reagentes para Análises:

5.6.4.1. Reagentes e kits específicos para os exames contratados, devidamente validados e aprovados pelos órgãos reguladores.

5.6.4.2. Controles de qualidade interno e externo, em conformidade com as boas práticas laboratoriais.

5.6.4.3. Soluções tampão e de lavagem para equipamentos automáticos e semiautomáticos.

5.6.5. Equipamentos de Apoio:

5.6.5.1. Centrífugas para processamento de amostras em unidades de coleta, quando aplicável.

5.6.5.2. Geladeiras para armazenamento temporário de amostras biológicas.

5.6.6. Materiais de Escritório e Administração:

5.6.6.1. Impressoras e suprimentos (toner, papel A4) para emissão de comprovantes e relatórios.

5.6.6.2. Sistema informatizado para registro e rastreabilidade das amostras.

5.6.7. Outras Necessidades:

5.6.7.1. Kit de primeiros socorros para eventuais intercorrências durante a coleta.

5.6.7.2. Materiais para limpeza e desinfecção do local de coleta, como álcool 70%, hipoclorito de sódio, toalhas descartáveis, etc.

5.6.8. A contratada deverá garantir que todos os materiais fornecidos atendam às normas técnicas e de segurança estabelecidas pelos órgãos competentes, como Anvisa e vigilâncias sanitárias locais. Além disso, a qualidade, quantidade e periodicidade de reposição deverão ser adequadas para o pleno atendimento da demanda contratual.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Da vedação à publicidade e captação de usuários

5.9. O prestador credenciado fica expressamente proibido de realizar qualquer forma de publicidade, propaganda ou ação de marketing relacionada aos serviços prestados no âmbito deste credenciamento, nas dependências das unidades de saúde do Município ou

em qualquer meio que possa induzir ou direcionar os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS à escolha de determinado prestador.

5.10. É vedado ao credenciado:

5.10.1. distribuir materiais publicitários nas unidades de saúde do Município;

5.10.2. realizar abordagem direta aos usuários do SUS com finalidade promocional;

5.10.3. oferecer vantagens, brindes, descontos ou qualquer outro benefício com o objetivo de captação de pacientes encaminhados pela rede pública de saúde;

5.10.4. utilizar o credenciamento junto ao município para fins de promoção comercial que possa caracterizar concorrência desleal entre os prestadores credenciados.

5.11. A identificação do prestador poderá ocorrer exclusivamente por meio das informações institucionais divulgadas pela Secretaria Municipal de Saúde, observando critérios de igualdade entre os credenciados.

5.12. O descumprimento desta disposição poderá ensejar aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, incluindo advertência, suspensão do credenciamento ou descredenciamento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do

plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado,

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. Para o faturamento mensal da produção, a empresa vencedora deverá entregar, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, ou conforme cronograma fornecido pelo departamento de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com as requisições dos exames devidamente autorizadas pela Secretaria de Saúde:

7.3.1. Relatório impresso e assinado pelo prestador dos procedimentos faturados no período, em que constem obrigatoriamente: Nome completo do paciente; Descrição conforme tabela SUS do procedimento faturado; Valor faturado.

7.3.2. A Administração poderá realizar glosa total ou parcial dos valores apresentados para faturamento sempre que forem constatadas inconsistências na documentação apresentada, ausência de autorização prévia, divergência entre os exames autorizados e os efetivamente realizados, duplicidade de cobrança, ausência de laudo, falhas na comprovação da execução, cobrança indevida ou qualquer descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.3.3. As glosas serão formalmente comunicadas ao credenciado, assegurado o contraditório e a ampla defesa nos termos da legislação aplicável.

7.4. Após conferência e autorização deverá constar na Nota Fiscal:

7.4.1. Número da Licitação;

7.4.2. Número do Aditivo/Apostilamento (se houver);

7.4.3. Número do Cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);

7.4.4. Apresentar anexo a todas as Notas Fiscais as Negativas Fiscais, CNDT, FGTS;

7.4.5. A empresa deverá anexar cópia do laudo de controle de qualidade externo em meses alternados.

7.5. O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido no Edital ou na Ordem de Serviço, através de nota de empenho de despesa.

7.6. O pagamento dos serviços prestados ficará condicionado à prévia autorização do procedimento, à efetiva comprovação da execução dos exames, à apresentação da produção acompanhada da documentação comprobatória pertinente e à conferência e validação pelo Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

7.7. Somente serão processados para pagamento os serviços devidamente autorizados, executados e validados administrativamente, observados os critérios de controle, regulação e auditoria adotados pelo Município.

Recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal, com apuração dos serviços realizados durante o mês correspondente.

7.14. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.14.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou

incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.20. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.21. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.21.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.21.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.21.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.21.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.21.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.26. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.27. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.28. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as

medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.29. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.30. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.30.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.30.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.31. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.33. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.35. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.36. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.37. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.39. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.39.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.40. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.41. Os preços inicialmente contratados estão baseados na Resolução nº 106/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), e as alterações poderão ser realizadas conforme atualização da referida Resolução, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde e ratificada pelo chefe do executivo através de Decreto Municipal.

7.42. Poderão ocorrer atualização dos valores da Tabela SUS – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, medicamentos e OPM do SUS, os quais poderão impactar na complementação municipal para os valores praticados pelo CONSUD.

7.43. O reajuste/atualização será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente,

nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2 O critério de seleção utilizado será paralelo e não excludente, no presente caso, conforme art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1 Os interessados na prestação dos serviços poderão se credenciar para os itens que desejarem, desde que apresentem proposta para o atendimento integral de todos os procedimentos especificados em cada lote do Anexo I deste Termo de Referência. Essa exigência assegura a execução completa e eficiente dos serviços dentro de cada item selecionado, atendendo às necessidades do órgão público de forma adequada e contínua.

Regime de Execução

9.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, em que os serviços são prestados e pagos sob demanda.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviços de análises clínicas, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, nos termos do art. 2º da Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital/Estadual e Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} & & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & & \hline & & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \\ & & \hline & & \text{Ativo Total} \\ \\ \text{SG} = & & \hline & & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} \\ & & \hline & & \text{Ativo Circulante} \\ & & \hline \end{array}$$

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, fornecido pela Secretaria de Saúde do município sede da Licitante;

9.33. Licença Sanitária atualizada fornecida pelo órgão competente do Município sede da Licitante;

9.34. Registro ou inscrição do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional (Farmácia, Biomedicina);

9.35. Contrato de prestação de serviço com laboratório de apoio, quando houver a excepcionalidade da realização de exame não executados na estrutura do prestador credenciado, bem como apresentação de licença sanitária de funcionamento do estabelecimento.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas: **DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO**.

9.36.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. A empresa a ser contrata deve manter o estabelecimento com capacidade para a prestação de serviço instalado no município de Dois Vizinhos (apresentar o alvará de localização);

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.40. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.41. Para o profissional executor das análises clínicas: Relação contendo o(s) nome(s) e função(ões) de todos os profissionais envolvidos e/ou atuantes na prestação do(s) serviço(s) ofertado(s), acompanhado de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria do Técnico Responsável.

9.42. Comprovação do vínculo do Responsável Técnico e todos os profissionais que atuam no Estabelecimentos no CNES — Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, fornecido pela Secretaria de Saúde do município sede da Licitante;

9.42.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.50. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.50.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.50.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.50.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.50.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.50.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.50.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.50.6.1. ata de fundação;

9.50.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.50.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.50.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.50.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.50.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.50.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total dessa chamada pública, é de R\$ 4.720.468,00 (quatro milhões, setecentos e vinte mil quatrocentos e sessenta e oito reais), tomando-se por base um período de 12 (doze) meses.

10.2 O valor estimado acima não implica em nenhuma previsão de crédito em favor dos Credenciados, que só farão jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, desde que autorizados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município de Dois Vizinhos.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 08 – Secretaria de Saúde;
- II) Unidade: 001 – Fundo municipal de Saúde;
- III) Projeto ou Atividade: 10.302.0007.2047 – Saúde média e alta complexidade;
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica;
- V) Fonte de Recurso: 04140 e 00000 – Recursos Ordinários (Livres) e 04150 e 00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

e

- VI) Órgão: 08 – Secretaria de Saúde;
- VII) Unidade: 001 – Fundo municipal de Saúde;
- VIII) Projeto ou Atividade: 10.302.0007.2046 – Saúde/Atenção Básica;
- IX) Conta de despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica;

e

- X) Fonte de Recurso: 03860 e 00000 – Recursos Ordinários (Livres) e 03880 e 00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois vizinhos, 12 de maio de 2026.

CLAUDETE MEURER
Gestora de Saúde
Secretaria de Saúde
Matrícula Funcional 17949-1





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D577-FE16-F96C-EB0C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 28/05/2026 13:02:58 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/D577-FE16-F96C-EB0C>